



A crise econômica brasileira

Maio/2016

Há um entendimento, quase consensual, de que os problemas do Brasil decorrem dos excessivos gastos públicos, que levaram o país a um déficit fiscal crescente com um aumento explosivo da dívida pública o que nos trouxe à atual recessão.

No entanto, há outros fatores recessivos importantes a serem considerados. Podemos citar, dentre tantos, o sistema tributário, a insegurança jurídica, a educação de baixa qualidade, a infraestrutura deficiente, a legislação capital-trabalho, os juros de agiota.....

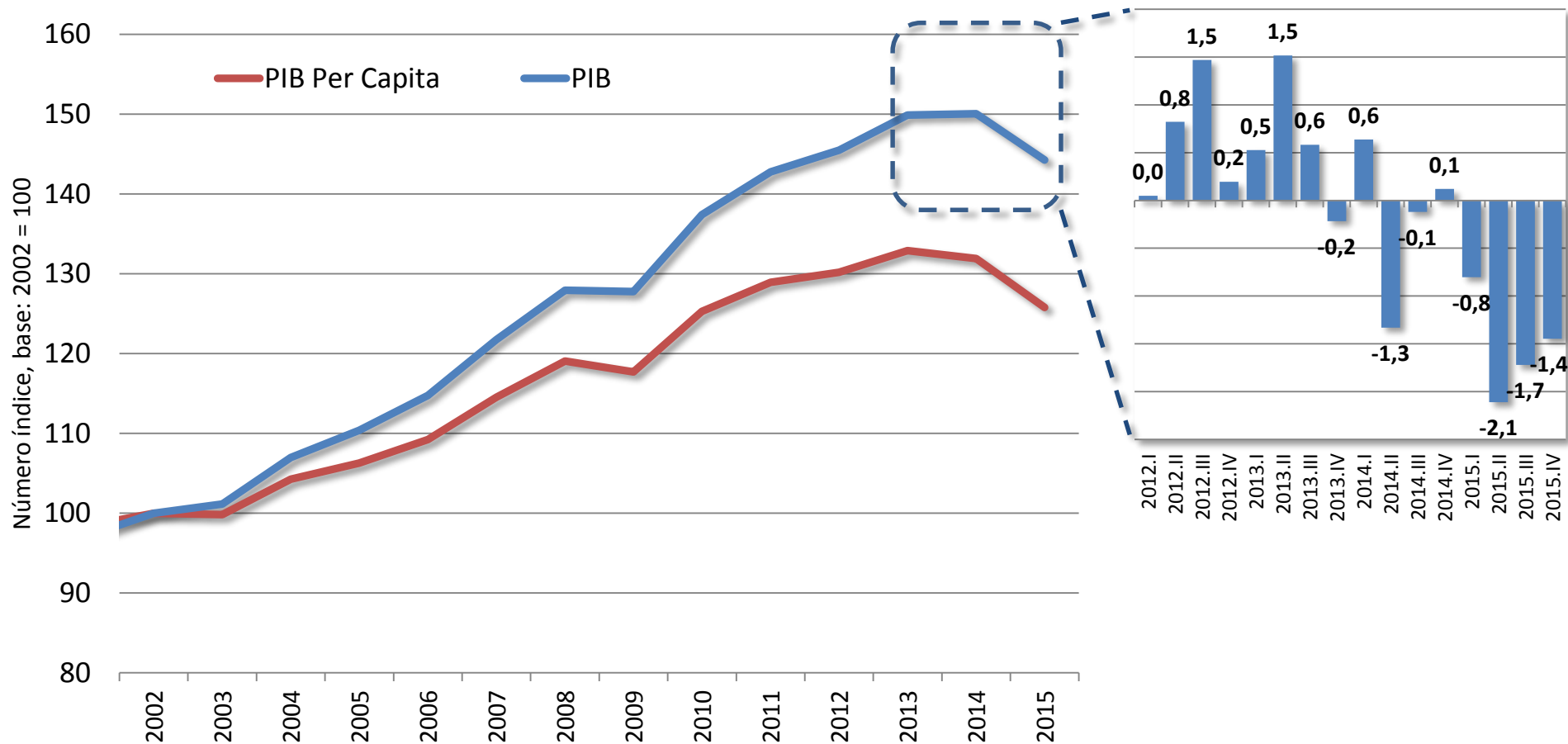
Nossa análise dos dados mostra que a redução do crescimento inicia-se com a desaceleração mundial e a da China, em particular, o que afetou profundamente os preços das commodities e, em consequência, nossos termos de troca.

É verdade que a redução da atividade foi agravada por decisões erradas do Governo, como a recomposição abrupta das tarifas e preços administrados, o aumento da Selic com a atividade já em queda, e a simultânea depreciação do câmbio, que transformaram o que seria uma redução cíclica, em forte recessão.

A instabilidade política decorrente da "Lava-Jato" somada aos efeitos econômicos da paralisação da Petrobras e das principais empreiteiras, com respectivas cadeias de fornecedores, completaram o estrago tirando do PIB mais um ponto e meio e levando o país à maior recessão dos últimos tempos.

A partir da segunda metade de 2013 teve início uma redução cíclica da taxa de crescimento do PIB

PIB - Produto interno bruto e PIB Per Capita

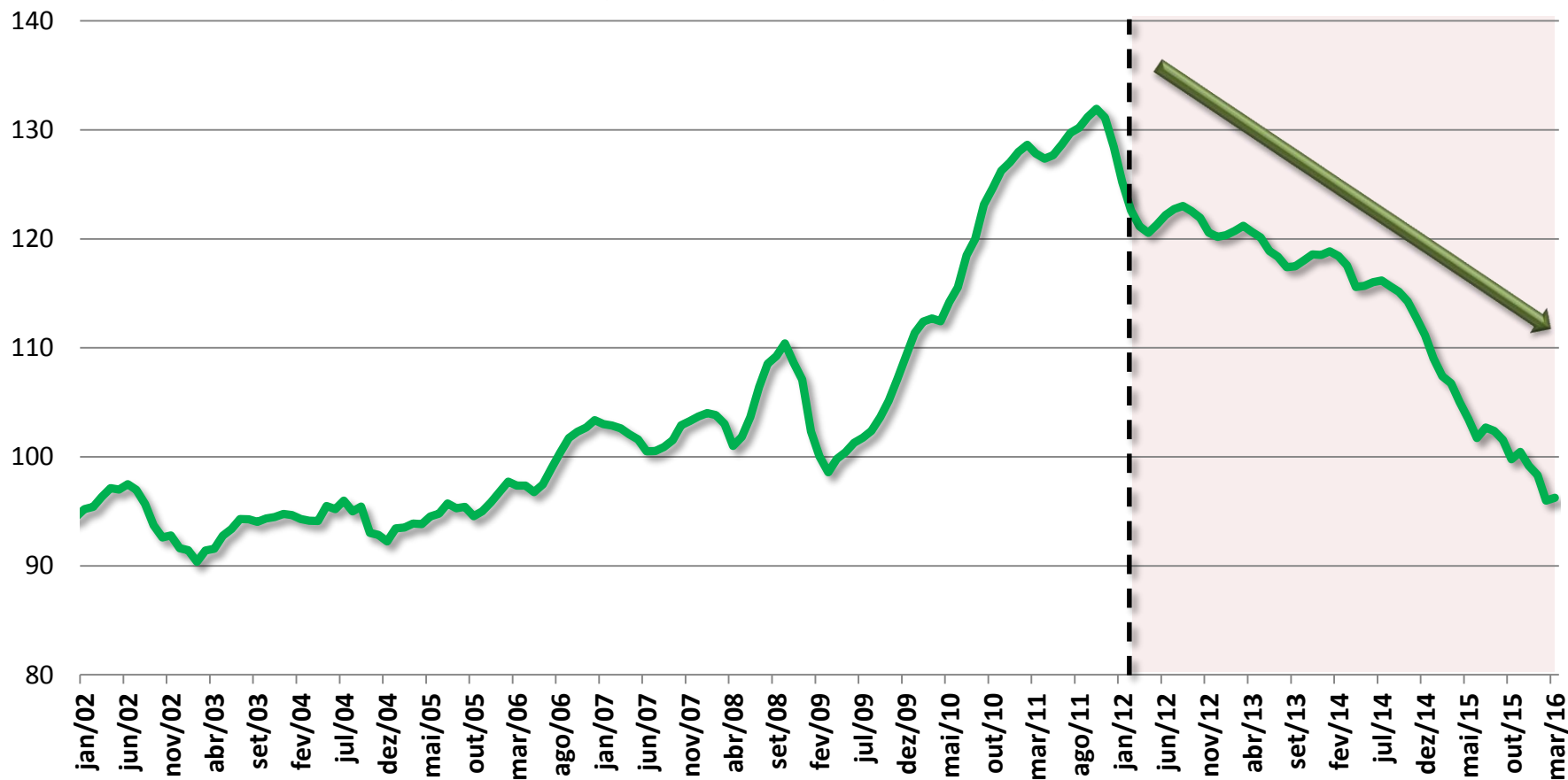


Fonte: IBGE. Elaboração: DCEE/ABIMAQ.

Alguns fatores tiveram papel fundamental para que isto ocorresse.

Termos de troca

Índice de preço de exportação / índice de preço de importação - MM3

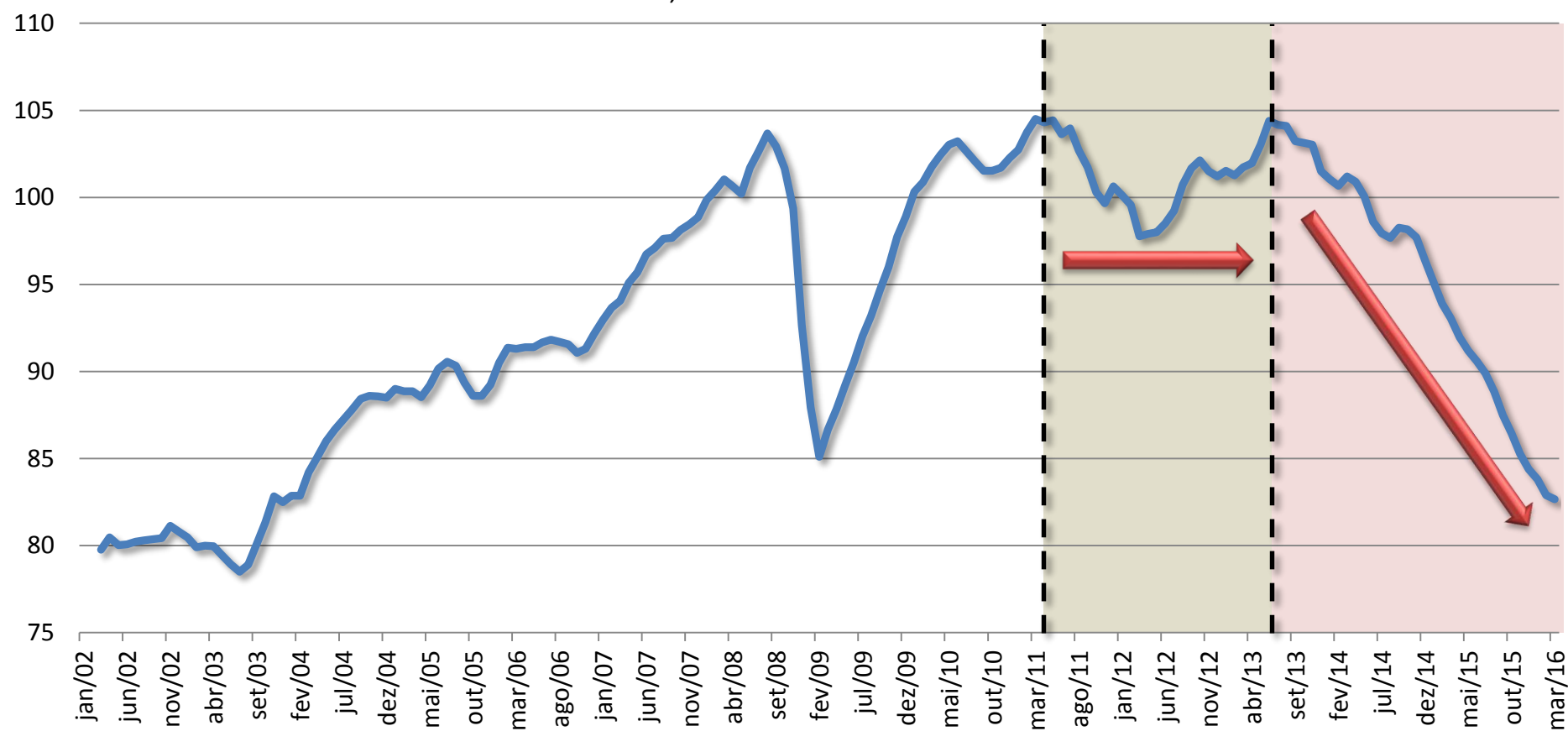


Fonte: LCA (a partir de dados da Funcex). Elaboração : DCEE/ABIMAQ.

O setor produtivo foi o primeiro a sentir os efeitos desta redução de atividade.

PIM-PF - Total Indústria de Transformação

Número índice, base: 2012 = 100 - MM3

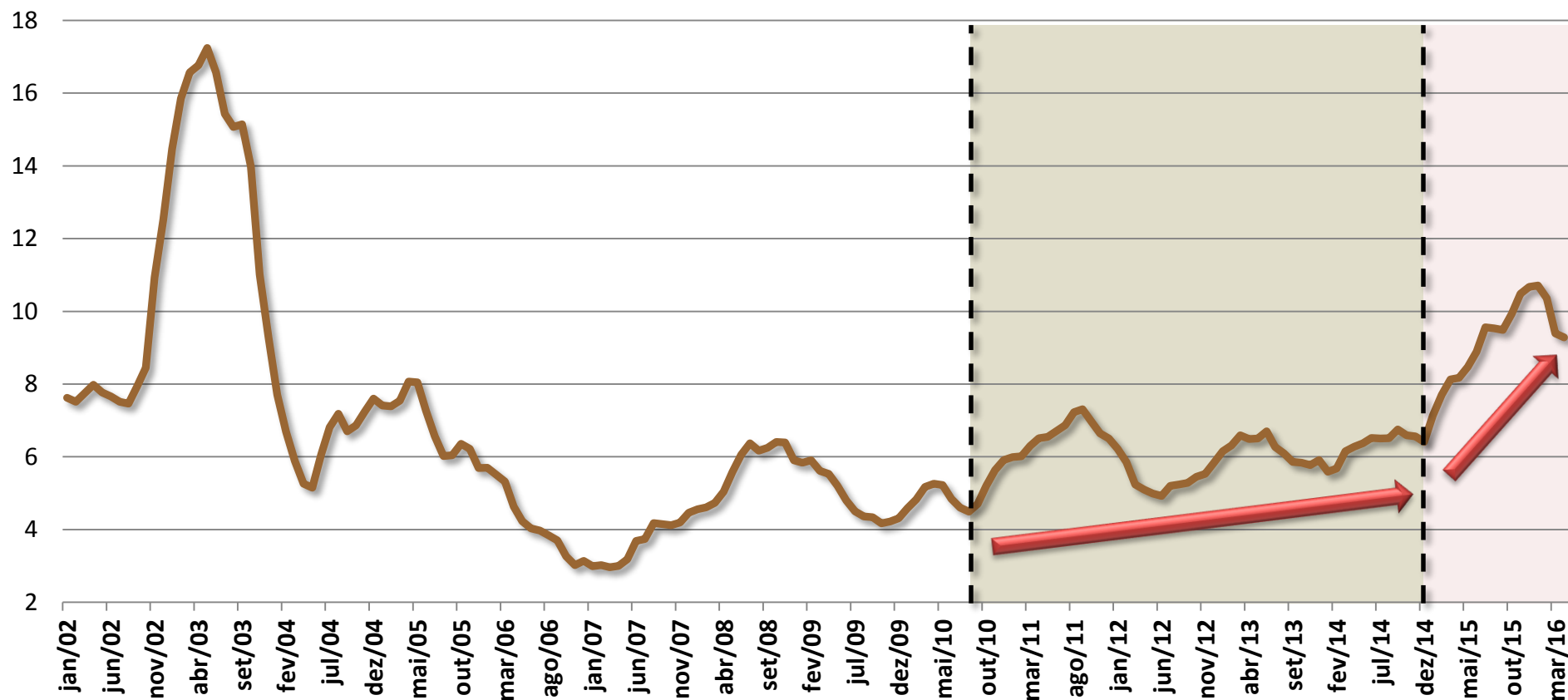


Fonte: IBGE. Elaboração: DCEE/ABIMAQ.

A correção do câmbio (a partir de 2012) e dos preços administrados em 2015 levaram a inflação a dois dígitos

IPCA – Índice de Preço ao Consumir Amplo

Variação % acumulada em 12 meses

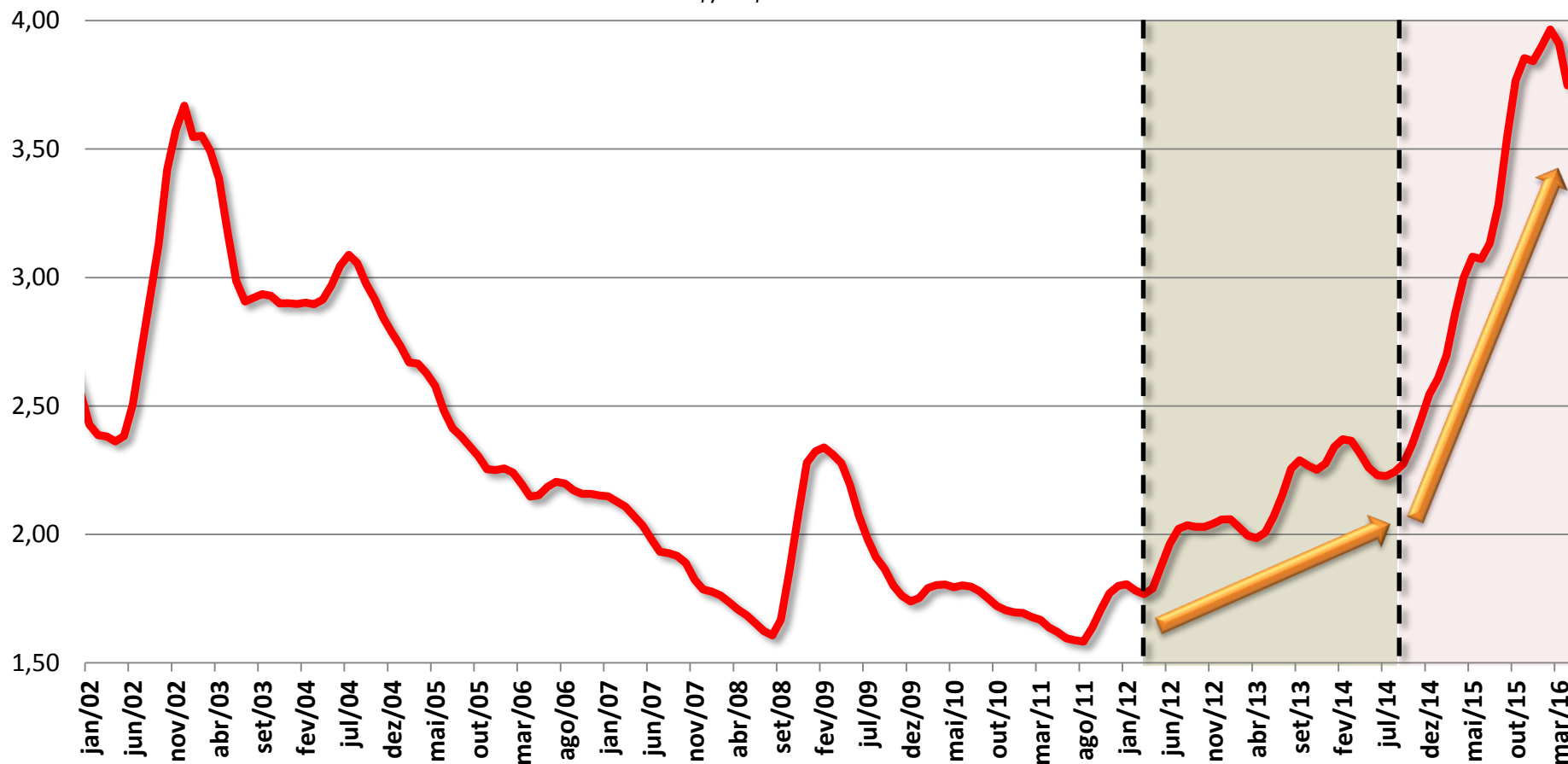


Fonte: IBGE. Elaboração: DCEE/ABIMAQ.

A desvalorização do Real foi produzida por fatores internos e externos

Taxa de Cambio - MM3

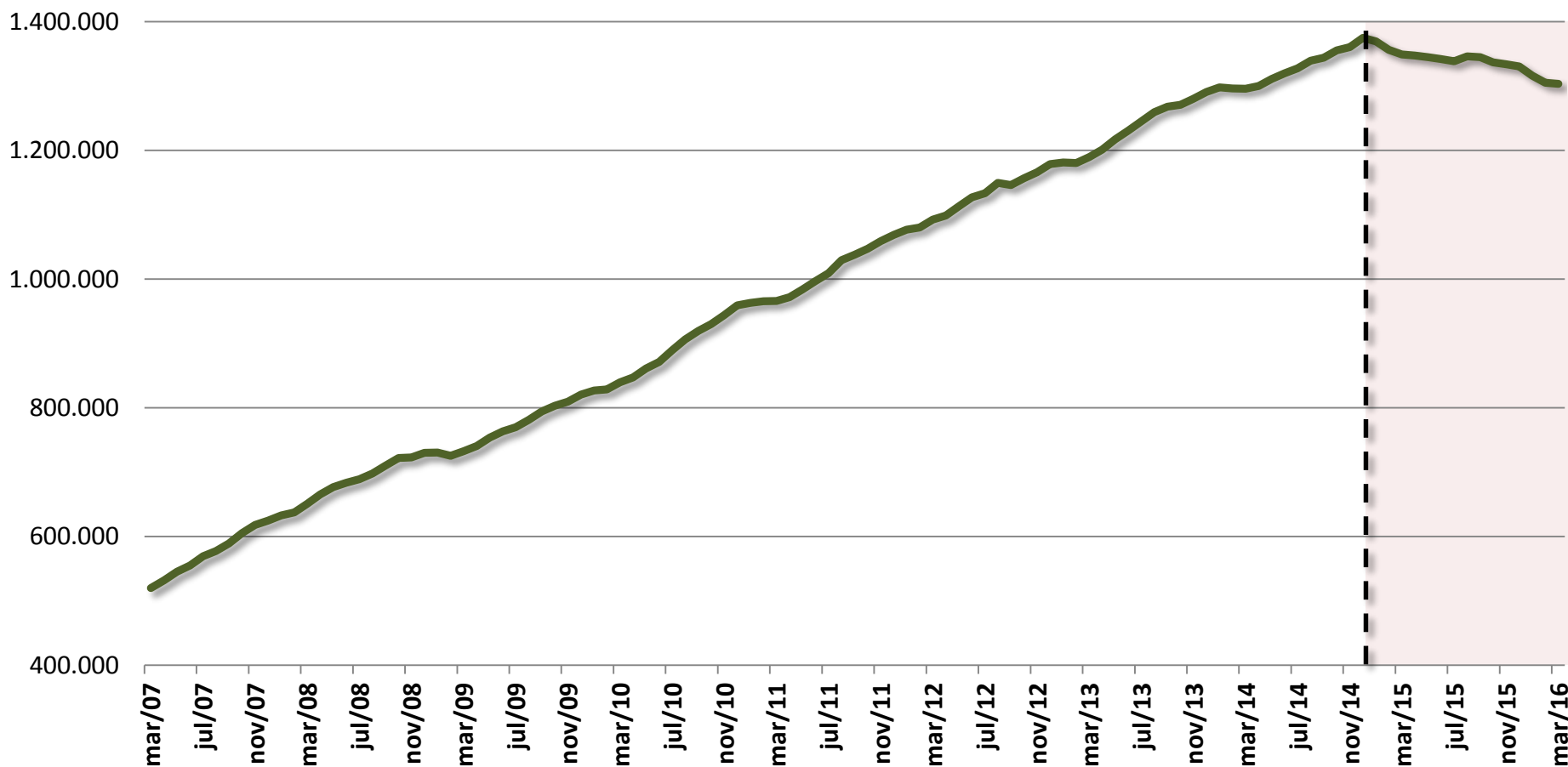
R\$/US\$ - Ptax-Venda



Fonte: BACEN. Elaboração: DCEE/ABIMAQ.

Ao que se somou uma maior dificuldade no acesso a crédito.

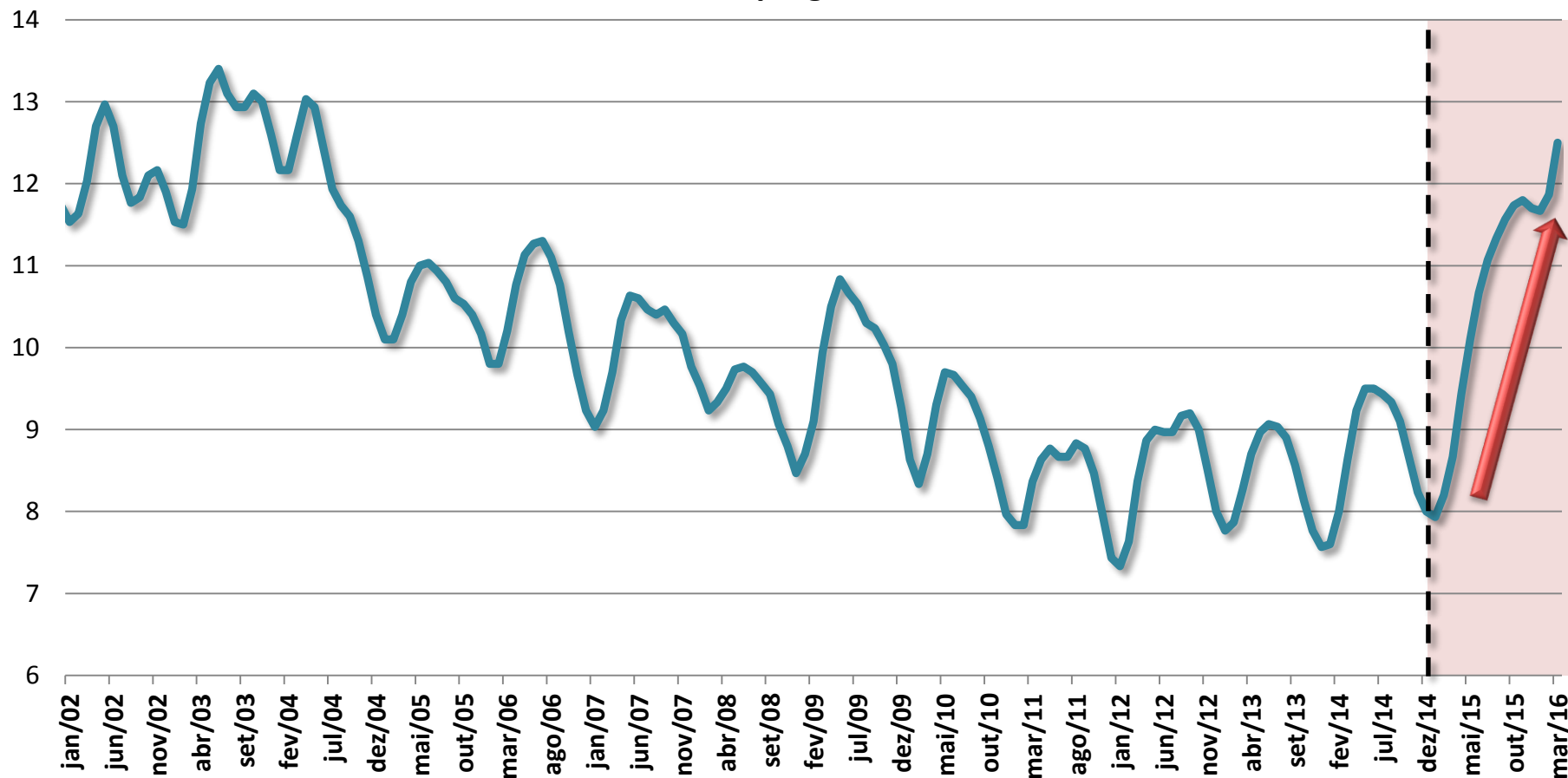
Saldo - crédito do sistema financeiro - PF - R\$ milhões constantes *



Fonte: Banco Central do Brasil . Elaboração: DCEE/ABIMAQ. * Deflator utilizado IPCA

Uma das consequências foi o forte aumento do desemprego a partir de 2015

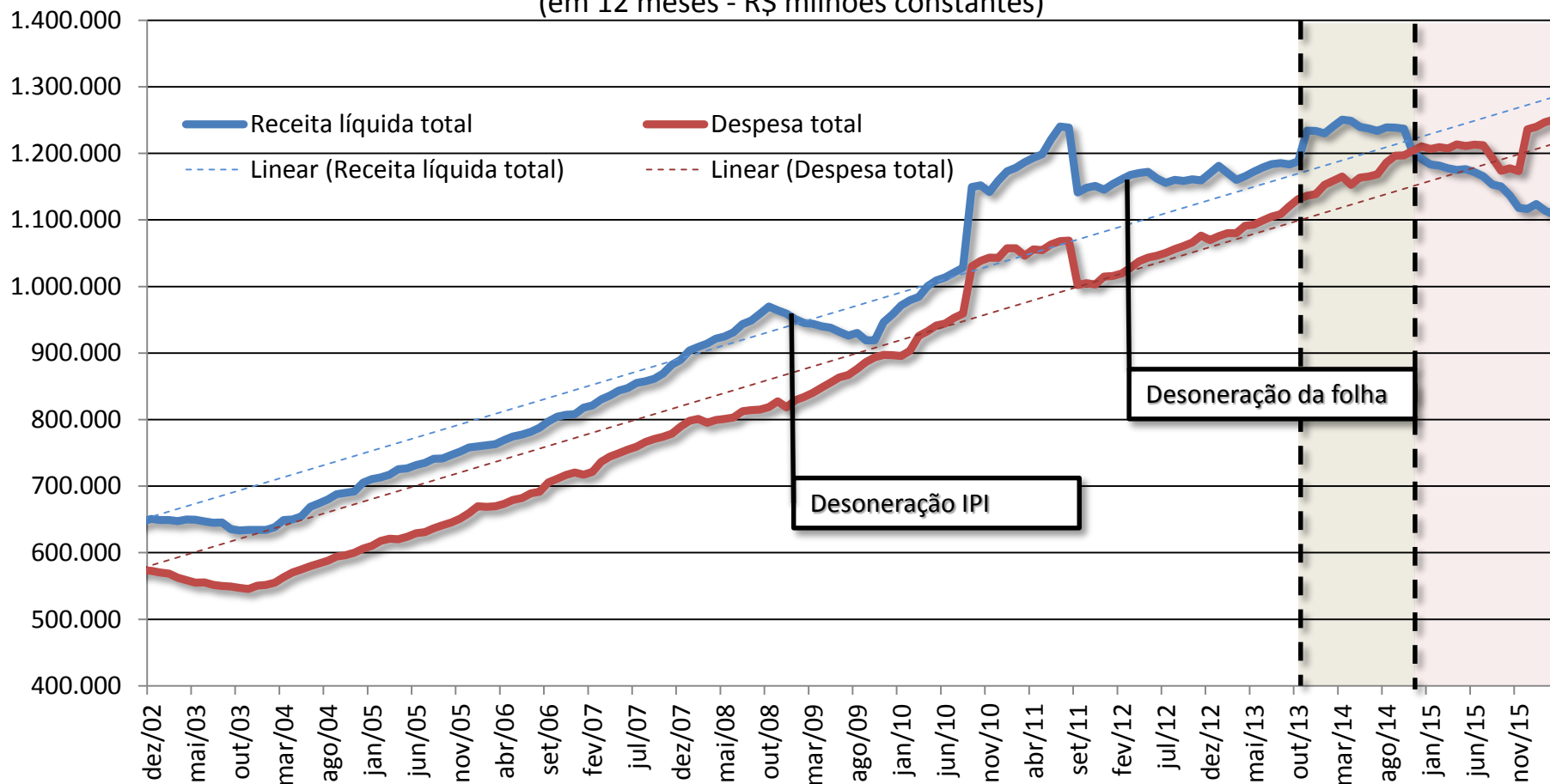
Taxa de desemprego aberto - MM3



Fonte: PED/SEADE. Elaboração: DCEE/ABIMAQ.

A recessão e o consequente aumento do desemprego levaram à queda da arrecadação

Resultado do Governo Central
(em 12 meses - R\$ milhões constantes)

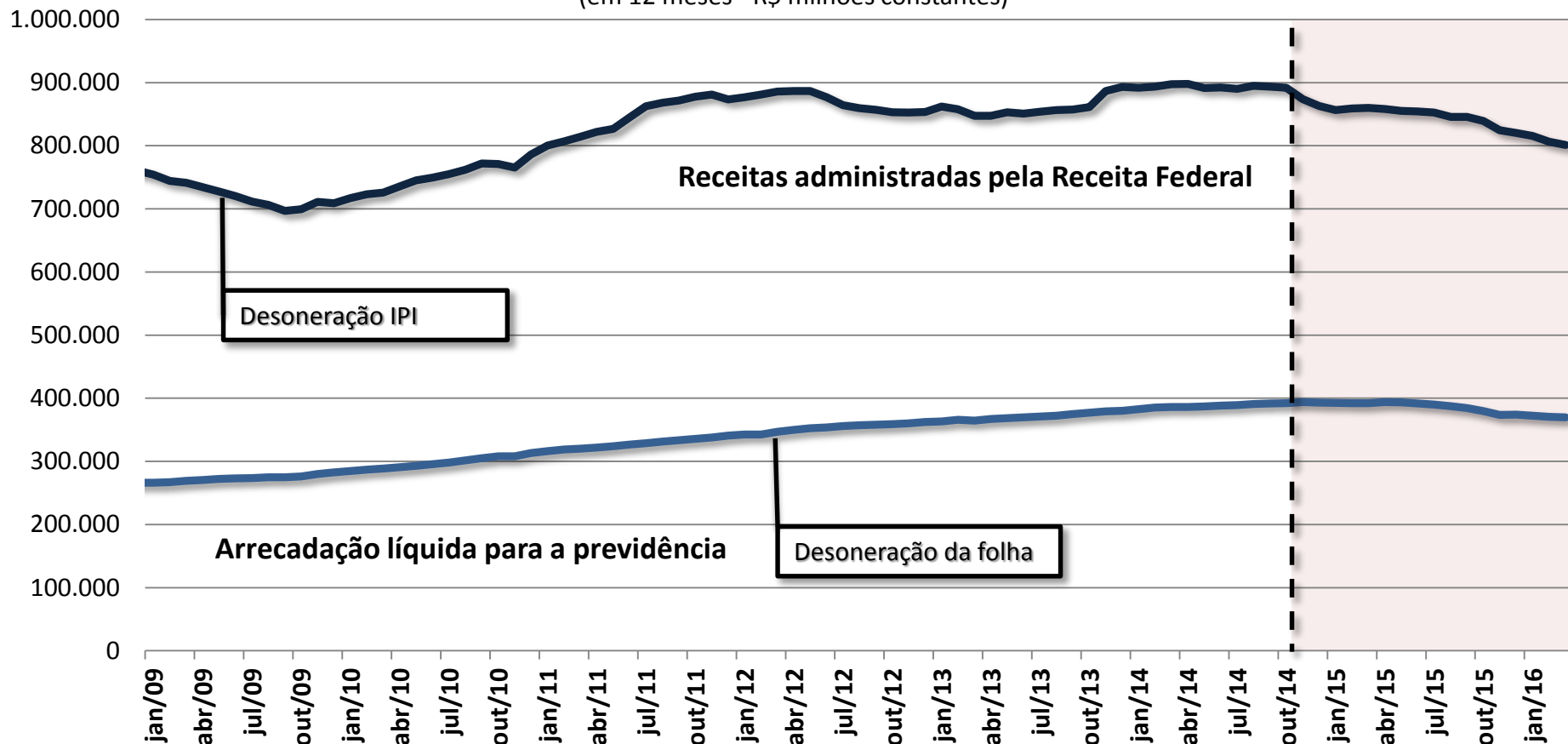


Fonte: STN . Elaboração: DCEE/ABIMAQ

A queda da arrecadação é devida, basicamente, à recessão e não às desonerações

Principais contas da receita líquida total

(em 12 meses - R\$ milhões constantes)

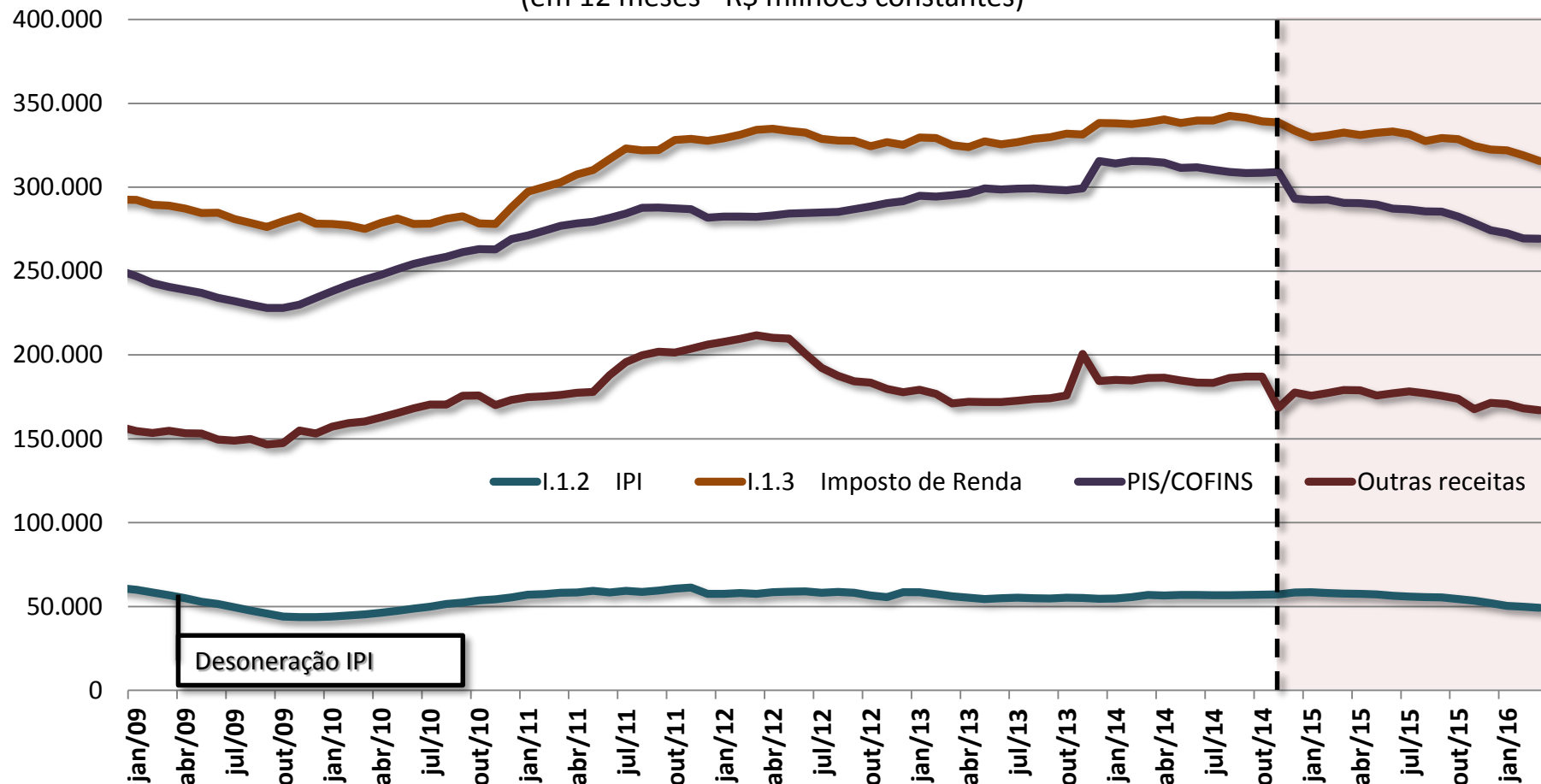


Fonte: STN . Elaboração: DCEE/ABIMAQ

De fato, todas as contas registraram redução a partir do 2º sem2014.

Decomposição da receita administrada pela RFB

(em 12 meses - R\$ milhões constantes)



Fonte: STN . Elaboração: DCEE/ABIMAQ

A retomada do crescimento exige a atuação do Governo em várias frentes, pois é necessário atacar tanto os problemas estruturais quanto os conjunturais. Os estruturais, como déficit nominal elevado, indexação, previdência, qualidade do gasto público, segurança jurídica, reforma tributária, monetária e política, dentre outros poderão ser encaminhados pelo governo de transição, mas seu efeito será sentido no longo prazo.

No curto prazo, não podemos repetir o erro de usar a CPMF ou outros impostos para aumentar as receitas. Isto oneraria o contribuinte, geraria desgaste político, agravaria o problema da atividade econômica e não resolveria o problema do déficit orçamentário.

Em nosso entendimento, a superação da crise passa, obrigatoriamente, pela retomada do crescimento sendo que as exportações (câmbio), os investimentos em infraestrutura (ambiente regulatório) e a irrigação do capital de giro das empresas (Juros - BNDES) são os instrumentos indispensáveis.

Necessitamos de uma política cambial que defenda um câmbio competitivo, uma política monetária que adote uma taxa de juros de curto prazo neutra em relação à inflação, da simplificação das concessões públicas em infraestrutura com adoção de um regime de “fast track” nas licenças operacionais e ambientais.

Precisamos ainda da desoneração total dos investimentos já que estes deverão ser a locomotiva para o crescimento, da reforma do PIS/COFINS, distribuindo seu peso igualitariamente entre os diversos setores da economia - hoje a indústria de transformação responde por quase 40% do total arrecadado.

E da reforma do ICMS visando anular os efeitos nocivos causados pela guerra fiscal, que tira arrecadação dos Estados e cria assimetrias nas diversas atividades industriais.

A adoção destas medidas irá reverter as expectativas, permitindo ao país voltar a crescer o que, rapidamente, sanaria os déficits fiscais dando ao país fôlego para completar as reformas necessárias e tempo para poder esperar o efeito das ações de médio e longo prazo.



DCEE – Departamento de Competitividade,
Economia e Estatística